



**Reforço do Compromisso do Governo de Países em
Desenvolvimento com Responsabilidade Social de Corporação:**

**Conclusões e Recomendações da Assistência Técnica em
Angola**

RELATÓRIO DE TRABALHO

Amanda Blakeley,
O Grupo do Banco Mundial
e
Paul Kapelus, Nkosithabile Ndlovu, Anders Hein,
Instituto Africano de Cidadania Incorporada

Abril 2004

TABELA DE CONTEÚDO

1.0	Sumário executivo e recomendações	3
2.0	Sumário das averiguações globais do Grupo do Banco Mundial quanto ao programa de responsabilidade social incorporado.	6
3.0	O programa da RSI em Angola	10
3.1	Historial de Angola	
3.2	O sector de petróleo e gás em Angola e correntes desafios	
3.2.1	Gerência Governamental no sector de petróleo	
3.2.2	Iniciativas da RSI em companhias de petróleo	
3.3	O Banco Mundial e assistência técnica na RSI no sector de petróleo	
3.3.1	Projectos do Banco Mundial em Angola	
3.3.2	Assistência Técnica RSI	
3.3.3	Teor local	
3.3.4	Transparência e controle adequado	
3.3.5	Desenvolvimento Social e comunitário	
4.0	Recomendações para as funções do sector público	19
Anexos:		
Anexo A	Lista de termos e acrónimos chave	
Anexo B	RSI no sector de petróleo em Angola: Estudo da assistência técnica do Banco Mundial, Janeiro de 2003	
Anexo C	Avaliação do sector do petróleo em Angola, Agosto de 2003	
Anexo D	Análise legal comparativa de códigos de conduta incorporados, e a legislação nacional Angolana	

Referências

1.0 Sumário executivo e recomendações

O programa do Banco Mundial *Reforço do Compromisso dos Governos de Países em Desenvolvimento com Responsabilidade Social Incorporada* foi criado para explorar as possíveis funções do sector público dentro dos países em desenvolvimento, de forma a encorajar e reforçar a responsabilidade social incorporada, ou RSI. Este programa tem sido baseado em actividades e dialogo em assuntos sectoriais e temáticos em quatro países (Angola, El Salvador, as Filipinas e Vietname), e adicionalmente com investigação comissionada em temas oblíquos. Foi iniciado em Abril de 2002 e concluído com uma conferência internacional em Novembro de 2003. Aconselhamento a governos de países em desenvolvimento estará disponível através dos Serviços de Aconselhamento de Investimento do Exterior, uma facilidade conjunta da Corporação de Finanças Internacional e o Banco Mundial

O conceito da RSI é baseado no reconhecimento que as companhias são parte da sociedade, e que têm o potencial de fazer uma contribuição positiva para os objectivos e aspirações da sociedade, de forma a beneficiar a actividade comercial e o desenvolvimento. Mas qual será a razão do Governo se comprometer com a agenda da RSI? Surgiram quatro argumentos, todos dos quais tem uma ressonância forte em Angola:

- Para realçar a competitividade internacional;
- Para preencher lacunas presentes na capacidade governamental;
- Para criar sinergias que usam competências complementares do governo, privadas e civil da sociedade de forma a atingir objectivos comuns;
- Para assegurar que a pratica da RSI esteja em linha com os objectivos nacionais.

Exemplos da benefícios que poderão ser obtidos no desenvolvimento. Em El Salvador, o governo está em vias de integrar a RSI num plano nacional para a educação, e vê a sua função como, em primeiro lugar, para estabelecer princípios claros em relação à RSI, e em segundo lugar, para facilitar sociedades entre o sector privado e instituições educacionais. No Vietname, depositários já discutiram a noção da estrutura nacional para os códigos de conduta, que poderão formar uma base para encorajar coerência entre os códigos dos vários compradores e legislação nacional, e poderá ainda facilitar inspecção conjunta a fábricas. Nas Filipinas, o governo está a considerar a necessidade para um compromisso da sociedade civil mais amplo, e um mecanismo que forme confiança mútua e opções informadas entre os depositários, assim também como o conhecimento de cada depositário das várias possibilidades apresentadas pelo sector de minas.

Em Angola, a assistência técnica da RSI foi formada dentro da Estratégia de Assistência Transaccional do Banco Mundial, que em 2003 marcou a ressunção das operações do Banco em Angola pela primeira vez desde 2002. O trabalho da RSI foi estruturado de forma a suportar dois pilares da TSS: (1) para aumentar a transparência na gerência de recursos públicos, e (2) para assentar as bases para fornecimento de vários serviços e crescimento pró pobre. O seu objectivo era informar sobre a RSI entre os depositários principais e oficiais governamentais, de forma a manter e estimular um diálogo mais aberto entre os depositários e o governo no reforço da RSI. Com ênfase especial em assuntos locais, sociedades colaborativas e desenvolver experiência e formação profissional a nível local, assim também como mercados de fornecimento local em áreas relevantes para o sector de petróleo, transparência e desenvolvimento social e comunitário no sector de petróleo. A investigação de assistência identificada nas actividades da RSI de companhias nacionais e estrangeiras de petróleo a funcionar em Angola; identificou códigos de conduta incorporados para essas mesmas companhias; comparando estes código incorporados à legislação nacional que regulam o sector de petróleo; e analisou barreiras ao conhecimento e implementação da RSI por parte das companhias, o Governo de Angola (GoA) e sociedade civil.

1 O Banco Mundial define responsabilidade Social Incorporada (RSI) como o compromisso de companhias para contribuir para o desenvolvimento económico sustentável – trabalhar com os empregados, as suas famílias, a comunidade local e sociedade em geral para melhorar a qualidade de vida, de forma benéfica para ambos as firmas e benéfico para o desenvolvimento.

A implementação da RSI em Angola é um **desafio** por diversas razões: primeiro, porque Angola só em Abril de 2002 começou a sair de uma guerra civil devastadora que já dura há vinte e sete anos. Aproximadamente 15% da população do país foi morta ou mutilada, e a maior parte da infra-estrutura foi destruída. Em segundo lugar, Angola tem sido infestada com corrupção, políticas opacas e uma falta de fiscalização. Em terceiro lugar, existe uma relação inquieta entre os sectores públicos e privados, especialmente as companhias de petróleo que estão cientes de quaisquer alterações e declarações que poderão ofender a GoA. Em quarto lugar, a sociedade civil de Angola é extremamente fraca e tem falta de capacidade de servir um papel de implementação ou advocacia para a RSI. Em quinto lugar, pobreza incapacitante entre a vasta maioria da população do país prova um contraste total em relação à riqueza tremenda que surge do sector de petróleo. Finalmente a economia de Angola dominada pelo petróleo tem a tendência para impedir a atenção e recursos para outros sectores.

No entanto, os recursos relevaram, um número de **oportunidades** para a RSI no sector de petróleo de Angola, isto é se existirem as condições necessárias. Primeiro, a maior parte das companhias de petróleo internacionais em Angola já estão envolvidas num número de actividades relacionadas com a RSI a lidar com uma variedade de assuntos. Encaram no entanto um número de constrangimentos internos e externos no projecto e implementação destas actividades, incluindo dificuldades ao identificar projectos bons e relevantes, falta de acesso a informação de confiança e a necessidade para uma melhor coordenação dos esforços de desenvolvimento. Em segundo lugar, a abundância de recursos naturais do país e mão de obra coloca-o como um local de investimento natural para o sector de petróleo. Finalmente, vontade política por parte de alguns membros do GoA para alterar a reputação de Angola e tornar Angola num local de investimento responsável socialmente irá ajudar o processo.

Baseado nas descobertas de investigação em Angola, e trabalho comparável noutros países incluídos no programa, o Grupo do Banco Mundial faz as seguintes **recomendações** ao Governo de Angola (estas provavelmente serão suportadas e adicionadas como resultado de uma conferencia da RSI a ter lugar em Luanda em Junho de 2004). É importante ter em atenção que recomendações complementares poderão ser criadas para o sector privado e sociedade civil a funcionar em Angola; isto, no entanto, não se inclui no âmbito deste projecto. Fica antecipado que esta tarefa irá ter lugar durante as discussões estruturais da RSI iniciadas pelo GoA.

Desenvolvimento da estrutura da RSI e planeamento das actividades coordenadas para o sector de petróleo:

1. Estabelecer responsabilidade formal para promover a RSI. Um dos Ministérios deveria ser encarregado com a responsabilidade social da RSI de forma a criar um mecanismo pelo qual GoA e a comunidade comercial possa contratar.
2. Coordenar e promover as actividades da RSI a nível local e provincial: O GoA deverá iniciar com a formulação e princípios públicos na RSI, depois encorajar a proliferação das actividades da RSI a nível local para alcançar os objectivos de desenvolvimento local. Isto deveria constituir um objectivo do GoA a longo prazo, enquanto se concentram num número de assuntos solucionáveis a curto prazo.
3. Estabelecer um plano de acção do sector de petróleo da RSI que poderia levar a uma estrutura da RSI. O comité de planeamento deverá incluir representantes de companhias de petróleo internacionais a funcionar em Angola, agencias de Governo (incluindo a Sonangol) e organizações de sociedade civil, incluindo agencias de desenvolvimento. Como acima mencionado, isto deveria ser um objectivo a longo prazo para o GoA, enquanto se concentram num pequeno número de assuntos da RSI solucionáveis a curto prazo.

Implementação da melhor forma de acção da RSI dentro do Governo, e reconhecimento público da importância da RSI em satisfazer os objectivos de desenvolvimento em Angola:

4. Implementar práticas comerciais socialmente responsáveis dentro das instituições governamentais: As agencias do GoA e paraestatais poderão manter um papel de liderança na RSI tomando responsabilidade,

5. transparência e boa governança a todos os níveis, e implementando os seus próprios programas de RSI concentrando-se por exemplo na eco-eficiência, níveis de trabalho e inclusão social nos seus princípios de emprego.
Publicamente apoiar a RSI, parcerias de desenvolvimento comunitários e sociais.

Alinhamento das práticas da RSI das companhias de petróleo em Angola com os desafios de desenvolvimento fundamentais através de sociedades:

6. Trabalhar com companhias e sociedade civil para criar elementos da RSI na estratégia de desenvolvimento nacional, e plano para a redução da pobreza que proporciona a cada sector a oportunidade de empregar a sua vantagem comparativa na fase de implementação. Intervenções ad-hoc baseadas em projectos seriam eventualmente substituídas por desenvolvimento sustentável baseado em região ou em sector.
7. Proporcionar local para o GoA consultar com companhias e sociedade civil para determinar prioridades, discutir acção futuras colaborativas e assegurar relações de trabalho pacíficas e transparentes. Idealmente, os procedimentos destes diálogos/consultas dos depositários seriam postos à disposição do público através de páginas da Internet, ou através de ampla desanimação.

Transparência e o regulamento da Lei:

8. A continuar esforços progressivos para promover transparência relativamente aos requisitos legais: clareza, previsão e reforço são todos atributos necessários para que a RSI funcione efectivamente.
9. Eliminar suborno, corrupção em relações entre o governo e companhias, particularmente relacionado com o pagamento feito em retorno do acesso a recursos naturais. Isto terá que ser reforçado a todos os níveis de governo de forma a aumentar esforços existentes.
10. Publicar e disseminar amplamente contratos para que todos possam fazer parte na monitorização e processo de reforço, dessa forma, libertando um grande número de recursos governamentais.
11. Ter em consideração a fluência de recursos oficiais, especialmente os vastos recursos que fluem do sector de petróleo, mantendo reformas progressivas.
12. Simplificar procedimentos administrativos e burocracia provenientes da implementação da RSI.

Realçar a capacidade de depositários e sócios para potencial desenvolvimento:

13. Fortalecer instituições governamentais locais: Parte do plano de descentralização do país depende da construção da capacidade de governos regionais locais.
14. Encorajar o desenvolvimento de organizações de sociedade civil doméstica: negócios necessitam de fortes parceiros locais com quem trabalhar, e aprender as necessidades locais. O GoA deveria procurar construir a capacidade em organizações de sociedade civil assistindo a criação de redes regionais e locais de organizações de sociedade civil; proporcionando acesso a programas de formação e financiamento, sempre que possível.
15. Melhorar a clima de investimento para negócios locais: Como organizações de sociedade civil, negócios locais necessitam de acesso a capital/financiamento, informação e programas de formação.
16. Realçar a capacidade vocacional e educacional para o sector de petróleo, assegurando que oportunidades de formação são alinhadas com as necessidades dos trabalhadores nesse sector.

2.0

Sumário das descobertas globais do programa RSI do Banco Mundial

Esta secção sumaria descobertas do programa do Grupo do Banco Mundial em Reforçar o compromisso dos governos de países em desenvolvimento com a responsabilidade social incorporada. Através de actividades e diálogos em assuntos temáticos ou sectoriais específicos em quatro países (abaixo listado), e uma serie de projectos de investigação comissionados em temas oblíquos, o programa explorou as potenciais funções do sector publico dentro de países em desenvolvimento em relação ao RSI.

<i>País</i>	<i>Sector</i>	<i>Questões</i>
<i>Vietname</i>	<i>Calçado</i>	<i>Mão de Obra</i>
<i>El Salvador</i>	<i>Geral</i>	<i>Comércio e Educação</i>
<i>As Filipinas</i>	<i>Minas</i>	<i>Impacto ambiental e sócio económico</i>
<i>Angola</i>	<i>Petróleo</i>	<i>Teor local, transparência e desenvolvimento social</i>

O conceito de responsabilidade social incorporada (RSI) é baseado no reconhecimento que o negócio faz parte da sociedade, e que tem o potencial de fazer uma contribuição positiva nos objectivos e aspirações da sociedade. A agenda da RSI coloca um ênfase significativo nas relações entre empresas e os seus depositários, tanto internamente (ex. trabalhadores, depositários e investidores) como externamente (ex. clientes, fornecedores, sociedade civil e grupos comunitários). No entanto um grupo de actores chave é sempre omitido destas conversações – o governo. Isto apesar do papel principal do governo em assentar a estrutura de quais os negócios que funcionam, e o potencial para alinhar os resultados das actividades comerciais aos objectivos principais do público.

Até certo ponto, a falta de atenção à função do governo é uma reflexão da imaturidade da agenda da RSI, e que o termo “RSI” ainda não tomou forma dentro de muitas agencias do governo. No entanto existe já uma riqueza de exemplos de acções do governo, que podem promover a responsabilidade social incorporada, muitas das quais não foram empreendidas explicitamente como iniciativas do RSI. Estas incluem actividades tradicionais de mão de obra e reguladores ambientais e inspecções, e elementos do trabalho de investimento e agencias de promoção de exportação. Agencias do governo que não usam o termo RSI não estão necessariamente a fazer menos do que aquelas que usam. De facto, elas podem preferir lidar com os desafios trazidos pela agenda do RSI através de terminologia e aproximação mais estabelecida, de forma a concentrar nas respostas necessárias e comunicar estas aos outros actores.

Justamente como a importância do governo é muitas vezes minimizada dentro da agenda da RSI, assim também é a ligação entre governo público e RSI o que raras vezes lhe é dada a devida atenção. Mas governo é um factor ultrapassado ao definir o tipo de trajectória da RSI que irá surgir, e as respectivas funções dos diferentes depositários. Onde o estado proporciona um ambiente de negócios transparente e atribuível, com sinais claros para negócios e reforço da lei, não somente são os padrões mínimos mais provavelmente serão mantidos, mas também os esforços do sector privado e os actores da sociedade civil para promover praticas ambientais e sociais melhores através de medidas voluntárias serão suportadas. Em Angola, companhias a investir no sector de petróleo já chegarão à conclusão de que se as mesmas forem de encontro às exigências da sociedade civil, os rendimentos por elas gerados serão apoiados em assistência a boas causas públicas tais como a redução da pobreza, eles necessitam de assistência do governo para assegurar transparência. A extensão em que o governo pode apoiar o RSI através de controle apropriado tem uma capacidade suportável nas funções necessárias dos outros actores.

Mas porque é que o governo deverá empreender-se na agenda da RSI?

A primeira razão é o desejo de manter e realçar competitividade internacional. Em El Salvador, o Governo vê a RSI como uma rota para a competitividade a longo prazo, capitalizando na vontade dos trabalhadores de investirem na educação e o seu desejo para a existência de uma força de trabalho educada.

Existem indicações que as questões da RSI estão com tendência para aumentar a influência no investimento e decisões de compra de muitas das empresa multinacionais². Este inquérito de 107

Empresas Multinacionais nos sectores petrolíferos, produção e agricultura chegaram à conclusão que 80% dos inquiridos consideraram a actuação da RSI e potenciais parceiros e locais antes de entrar numa nova sociedade, com menos de metade a escolher um país anfitrião ou recurso em vez de outro na base de questões da RSI. De facto, a ligação mais marcante entre a RSI e competitividade é feita através de códigos de conduta, desenvolvido por compradores para gerir questões de ambiente e sociais dentro das suas cadeias de fornecimento. Estas têm sido incluídas nas ferramentas mas usadas pela agenda da RSI, juntamente com o esquema de monitorização ou cumprimento que são usados para assegurar que os fornecedores implementem os códigos. No Vietname, o benefício directo de assistir o sector de calçado a nível doméstico para compreender e aderir aos códigos de conduta de trabalho é assegurar contractos internacionais que de outra forma seriam concedidos a outro local. Também poderão existir benefícios indirectos para empresas individuais em termos de produtividade e melhoramentos na qualidade³, e para sector na sua totalidade em atrair outros compradores e investidores. Camboja aceita que a sua industria têxtil não poderá competir com a China, simplesmente na base de baixos custos de entrada, e em vez de tentar posicionar-se como um local para compra responsável” estabelecendo a capacidade dos fornecedores de implementar códigos de conduta de trabalho.

Se os códigos de conduta poderão levar à exclusão de empresas (particularmente PME) de cadeias de fornecedores internacionais, existe uma razão clara para assistência do governo para ajudar as empresas a responder a estes; abaixo propomos possíveis intervenções. Tendo dito isto, é importante não exagerar a importância dos códigos de conduta. É claro que estes têm sido usados dentro das cadeias de fornecedores e um núcleo de empresas multinacionais em certos sectores industriais, notavelmente calçado e vestuário e até certo ponto agricultura⁴. Para empresas com o intuito de fornecer estes sectores, existe pressão com tendência a aumentar para a implementação dos códigos de conduta. Mas normalmente não é o caso de empresas noutros sectores ou para aqueles a fornecerem os mercados domésticos.

A segunda razão para o compromisso do governo com a RSI é com o objectivo de resolver as falhas presentes na capacidade do governo. Esta é uma resposta pragmática a situações onde agencias do governo não têm capacidade para assegurar reforço ou legislação (por exemplo em países em que os códigos de conduta são vistos como uma boa ferramenta para reforçar a implementação da lei) ou recursos para despesa do governo (por exemplo El Salvador, onde a falha fiscal minimiza o investimento do governo na educação). A ideia da RSI preencher lacunas temporárias também se estende a um contexto regulamentar global – RSI poderá provar ser um sintoma da corrente falta de estrutura de governo global madura, e desenvolvimentos no governo global poderão eventualmente reduzir a necessidade de códigos de conduta e outras ferramentas.⁵

Em terceiro lugar, o governo poderá aplicar RSI para facilitar sociedades, e criar sinergias que usam experiência de governo complementar, sociedade civil e privado para atingir objectivos principais públicos. Mesmo onde existem estruturas regulamentares bem procuradas e a funcionar correctamente, ainda faz sentido aproveitar da melhor forma o que os depositários têm para oferecer. Por exemplo, em El Salvador, a comunidade de negócios tem capacidade de proporcionar perícia financeira e tutoria para gerentes, enquanto que nas Filipinas, o departamento de

² J. E. Berman e T. Webb 2003 Corrida para o topo: Atrair e Capacitar Negócios Sustentáveis Globais: Relatório de Investigação de Negócios, Washington, D.C., Banco Mundial.

³ Jorgensen et al. (2003) de notar que recentemente existe pouco entendimento dos benefícios de negócio indirecto de aderir aos códigos de conduta, tal como produtividade melhorada e rendimento de pessoal mais baixo.

⁴ Para informação detalhada e análise dos códigos de conduta usados nos cinco sectores (...calçado e fabricação de iluminação; agricultura; turismo, minas; petróleo e gás) ver G. Smith e D. Feldman 2003 Códigos de Conduta e Padrões Internacionais: Uma comparação analítica (Partes I e II), Washington, D.C., Banco Mundial.

⁵ Michael Klein, Vice Presidente Desenvolvimento do Sector Privado: O Banco Mundial, e Chefe Economista, Corporação Internacional de Finanças, a endereçar a Conferência Internacional em Princípios Públicos e RSI em Washington, D.C. 8-9 Novembro 2003.

Ambiente e Recursos Naturais vê comunidades como “parceiros activos, não beneficiários” no contexto do sector mineiro.⁶

Uma quarta razão para o compromisso do governo na agenda da RSI é o de assegurar que esteja em linha com o interesse de depositários locais, e com objectivos de princípios nacionais. A corrente agenda da RSI, e o seu ênfase nos códigos de conduta “top-down”, reflecte a sua associação primária com grandes companhias multinacionais e os seus depositários, principalmente consumidores, investidores e organizações de sociedade civil. Como já anteriormente discutido, as intervenções do governo poderão ser necessárias para assegurar que companhias domésticas (articuladamente PME) tenham capacidade para ir de encontro aos requisitos de cadeias de fornecimento, imposto pelos compradores estrangeiros. Mas existe também necessidade de assistir as praticas positivas de companhias domesticas, incluindo aquelas que funcionam fora de cadeias de fornecimento internacionais. Visões locais do que significa ser responsável socialmente poderão ser diferentes dos compradores internacionais. No Vietname, alguns dos convidados numa conferência da RSI assumiram que os tópicos a serem discutidos seriam sobre a assistência a ser dada às vitimas das cheias, e outras pessoas necessitadas, em vez dos códigos de conduta de trabalho. Nas Filipinas, existe necessidade para mecanismos que envolvam e incluam depositários locais no planeamento de um futuro sustentável para o sector de minas.

Dada à complexidade destes condutores para o compromisso do governo, poderá ser útil fazer uma aproximação sistemática para decidir nas respostas mais apropriadas. A gama de funções que agencias do governo poderão ter, poderá ser situada dentro de uma estrutura debaixo de quatro amplas categorias: mandato, simplificação, parceria, apoio.⁷ O objectivo deveria ser encaminhar as sobreposições entre a agenda da RSI e actividades do governo existentes, e para identificar intervenções que alinham actividades de negócios com objectivos de princípios públicos⁸. Por exemplo o governo de El Salvador tem procurado integrar a RSI num plano nacional para a educação, e vê o seu papel, primeiro, para estabelecer princípios claros em relação à RSI, e em segundo lugar para facilitar parcerias entre o sector privado e instituições educacionais.⁹ O Governo de Angola criou legislação para fixar objectivos para contratação de mão de obra local por companhias petrolíferas estrangeiras, de forma a desenvolver experiência e formação.

Claramente exige uma gama variada de actividades nas quais o Governo poderia se envolver com respeito a códigos de conduta e outros requisitos de cadeias de fornecimento. Assegurando reforço da lei consistente e transparente é fundamental à assistência a uma actividade de negócios responsável. Um próximo passo lógico seria providenciar informação, formação e outra capacidade de estabelecimento para empresas locais, ambos em termos dos padrões solicitados e a forma de relacionamento com a legislação nacional. Isto poderia envolver depositários chave tais como sindicatos, associações industriais e grupos da sociedade civil. Coordenando os vários actores, o governo poderá ser capaz de encorajar capacidade colaborativa para partilhar recursos e experiência. Mas uma resposta mais dinâmica seria tentar moldar códigos de conduta e os seus processos de implementação, ambos no interesse de empresas domesticas e a economia em geral, e maximizar os benefícios e termos dos padrões superiores. Por exemplo, depositários no Vietname discutiram a noção de estrutura nacional de códigos de conduta, que poderá formar uma

⁶ Edwin G. Domingo, Assistente Director, Minas e Gabinete de Geociências, Departamento Ambiental e Recursos Naturais, em palestra na Conferência Internacional em Princípios Públicos e RSI, Washington, D.C. 8-9 Novembro 2003.

⁷ Ver Fox, Ward and Howard (2002) para discussão desta estrutura e exemplos da acção do sector público debaixo de cada uma das categorias.

⁸ Ver a Ferramenta de Avaliação e Diagnóstico desenvolvida por Michael Warner para as práticas da RSI, o que ajuda os utilizadores através de uma série de passos a formarem recomendações em instrumentos e intervenções adequadas do sector público.

⁹ H. E. Rolando Ernesto Marin Coto, Ministério da Educação, El Salvador, na Conferência em Princípios Públicos e RSI, Washington, D.C. 8-9 Novembro 2003.

base para encorajar coerência entre os diferentes compradores e legislação, e poderá facilitar inspecções conjuntas de fábricas.¹⁰

Mas aí existe uma necessidade de explorar como é que a inspecção é feita contra os códigos de conduta privados, e a informação por eles recolhida nos padrões dentro de empresas individuais, poderiam benéficamente complementar e estabelecer a capacidade de inspecções governamentais. Assim, poderá existir um âmbito para elevar os padrões não somente nos sectores de exportação, mas também nas empresas a produzir para o sector doméstico e em industriais além daquelas afectadas directamente pelos códigos de conduta. E restantes questões sobre os limites da implementação dos códigos de conduta em sectores caracterizados por contratos a curto prazo e cadeias de fornecimento complexas.

Enquanto o caso de Angola demonstra como é que a agenda da RSI confia na transparência em relação às actividades do governo, o governo também tem uma função a cumprir em assegurar a provisão de informação transparente e de confiança nas actividades e impactos das empresas. É do interesse de companhias individuais diferenciarem-se a si próprias dentro de um mercado na qual compradores perspicazes (e crescentemente, investidores¹¹) preferirem altos padrões. Poderá existir uma função para o governo ao estabelecer uma estrutura comparativa para permitir isto, possivelmente ligando padrões mais altos a incentivos, tais como concessões de impostos ou licenças de exportação.¹² Em adição a estes efeitos a nível empresarial, dados angariados e usados a nível nacional posicionando o país como um local responsável para investimento e procura.

Para aproveitar o máximo a vantagem que a transparência pode trazer ao desempenho corporativo, poderá também ser necessário para o sector público apoiar a capacidade da sociedade civil exigir e usar esta informação, assim criando pressão local adicional para uma melhor prática. Proporcionando informação equilibrada nos impactos positivos e negativos da actividade de negócios também tem o potencial de trazer os depositários a debates construtivos. Por exemplo, nas Filipinas, existe uma necessidade clara para um compromisso amplo para a sociedade civil e um mecanismo que estabelece confiança mútua e opções informativas entre depositários, assim também como expandir a informação a cada depositário das possibilidades apresentadas pelo sector mineiro.¹³

Ao explorar e executar as suas potenciais funções, o governo pode desempenhar um papel importante em moldar a agenda nacional da RSI que não só responde a pressões externas como os códigos de conduta, mas está também em linha com as necessidades locais. Ao avaliar as oportunidades que a RSI proporciona, o desafio é para o governo identificar prioridades e incentivos que são importantes no contexto nacional, estabelecendo os pontos fortes das empresas locais assim também como das multinacionais internacionais. Assim, existe uma oportunidade significativa para o governo aproveitar o entusiasmo corrente para a RSI fornecer contra prioridades e objectivos públicos.

¹⁰ Jørgensen et al. (2003) de notar que uma das barreiras principais da implementação de códigos de conduta por fornecedores, é o facto que diferentes compradores interpretam mesmo provisões idênticas de forma diferente. Isto aparenta ser uma barreira maior do que o número absoluto de códigos diferentes.

¹¹ Por exemplo, dez bancos de liderança recentemente adoptaram os princípios do Equador, um conjunto voluntário de normas para a gestão das questões sociais e ambientais relacionado com financiamento e projectos de desenvolvimento.

¹² Por exemplo, o Governo de Camboja ligou a concessão de licenças de exportação a fabricantes de vestuário para o seu compromisso no esquema de padrões da ILO.

¹³ C. L. Hubo (2003) Responsabilidade Social Incorporada (RSI) e Princípios Públicos no Sector Mineiro das Filipinas, documento apresentado na Conferência Internacional em Princípios Públicos e RSI, Washington, D.C. 8-9 Novembro 2003.

3.0 O programa da RSI em Angola

Esta secção sumaria o cenário no qual o Grupo do Banco Mundial RSI em Angola está estabelecido – observando as circunstâncias sociais, políticas e económicas no país, e o sector de petróleo. Esta secção cobre os objectivos e actividades do Programa da RSI em Angola.

3.1 Historial de Angola

O dia 4 de Abril de 2002 marcou o segundo aniversário da assinatura do acordo de paz entre o MPLA e a UNITA, o que veio trazer fim a uma das guerras civis mais sangrentas e longas de África. Os habitantes de Angola e a maior parte da infra-estrutura e fabrico social foi devastado pelo conflito, que surgiu logo após a independência em Angola de Portugal em 1975. A guerra civil de 27 anos levou consigo 1,5 milhões de vidas de um total da população de 14 milhões e destituiu uma estimativa de 4,5 milhões de pessoas.

Os desafios que Angola tem à sua frente na reconstrução pós guerra são enormes. Estes incluem o restabelecimento de um número aproximado de 3,5 milhões de refugiados retornados e cidadãos destituídos internamente, assim também como reintegração social de mais do que 80,000 ex-combatentes e as suas famílias; alívio da pobreza; e reconstrução da infra-estrutura económica e social do país (a maioria das províncias de Angola não têm assistência à saúde devido à destruição dos centros de saúde e clínicas durante a guerra).

O conflito forçou a migração de habitantes do interior do país para a região costeira, e de áreas rurais para áreas urbanas. Presentemente 50 por cento da população Angolana vive em áreas urbanas e sua periferia, no entanto o sector publico e os sistemas económicos e sociais não têm capacidade para lidar com esta urbanização súbita.

Pobreza é um dos grandes desafios para Angola: a aptidão literária adulta (% idade 15 e acima) é de 42%¹⁴; a taxa de mortalidade infantil é de 150 por cada 1000; 65% da população não tem acesso a água limpa, 75% da população não tem facilidades sanitárias; 65% da população não tem acesso a serviços de saúde primários, e 70 por cento da população vive com menos de USD 1 por dia¹⁵. De acordo com estimativas das Nações Unidas, quase metade das 7,4 milhões de crianças em Angola sofrem de má nutrição.¹⁶

O governo de Angola desenvolveu uma Estratégia de redução da Pobreza Ínterim, com o intuito de resolver o problema da pobreza e promover o desenvolvimento económico do país. A tabela 1 demonstra alguns alvos de desenvolvimento estabelecidos pelo GoA.

Tabela 1: Objectivos de Desenvolvimento: 2006-2015¹⁷

Educação	- Garantir acesso à escola primária a todas as crianças até 2015. - Erradicar analfabetismo adulto em 2015
Água	- Aumentar acesso de água potável em 76% da população urbana e 48% para as áreas rurais até 2006
Medidas Sanitárias	- Reduzir a taxa de mortalidade infantil de 75% até 2015 - Disseminar e criar informação sobre VIH/SIDA no país inteiro

¹⁴ O índice de Desenvolvimento Humano UNDP de 2003(www.undp.org/hdr2003/indicator/cty_f_AGO)

¹⁵ Documento de Estratégia de Redução da Pobreza, Governo de Angola 2003

¹⁶ Matéria liberada para publicação na Observação dos Direitos Humanos, 13 de Janeiro de 2004 (www.hrw.org/reports/2004/angola0104)

¹⁷ Documento de Estratégia de Redução de Pobreza, Governo de Angola 2003.

Infra-estrutura Física	-Reconstruir e reabilitar infra-estrutura básica
Emprego	-Nenhuns objectivos publicados
Economia rural	-Aumentar produção agrícola para assegurar alimentação segura

Antes de 1975 Angola era auto suficiente para a produção de alimentos além de exportador de grande envergadura de produtos agrícolas, especialmente café e sisal. Hoje somente 3 por cento do terreno arável está sob cultivo.¹⁸ Sectores previamente importantes, tais como agricultura e pesca, deram lugar a uma economia altamente dependente no sector de petróleo e outras industrias extractivas. O país ganha a maior parte do seu rendimento através da exportação de petróleo, diamantes e petróleo refinado.¹⁹ O sector de petróleo sozinho contabiliza mais de 40 por cento da GDP, sobre 90 por cento de todas as exportações, e mais do que 90 por cento dos rendimentos do governo embora o sector só empregue mais ou menos 10,000 Angolanos.

A tarefa de criar emprego e desenvolvimento económico em Angola, é impedido pela economia dupla resultante da economia baseada no petróleo. Ironicamente, este país tão rico em petróleo é um dos mais caros em África, mas os salários são extremamente baixos, sem conseguir acompanhar o aumento de custo de vida. A taxa de inflação média em 2003 foi estimada em 77 por cento. Ao longo do ano seguinte, crescimento real de GDP irá provavelmente oscilar para dígitos duplos atrás de produção de petróleo crescente, e inflação irá aumentar para uma média de 90 per cent. O crescimento antecipado será intensivo-capital e dependente da importação, com pequenas ligações a outros sectores da economia ou grande impacto no emprego, de acordo com a *Unidade de Inteligência Economista* desempenho económico irá permanecer abaixo do potencial, devido a uma infra-estrutura física fraca, princípios económicos pobres e corrupção.²⁰

3.2 Sector de petróleo e gás em Angola e desafios correntes

Angola tem uma base de reserva de petróleo e gás que foi substancialmente provado (estimado em 12 bilhões de barris de petróleo e gás natural de reserva de aproximadamente 7-8 triliões de pés cúbicos).²¹ Em 2000, produção de petróleo cru foi de 775,000 barris por dia, com 50% desta produção derivado de 16 campos de petróleo em alto mar em Cabinda. Descobertas recentes de petróleo e gás, irão provavelmente aumentar drasticamente a produção, desenvolvimento e exploração. Petróleo é a chave principal para o crescimento de Angola, sendo responsável por mais de 90% do total das exportações durante os anos oitenta e noventa.²²

Estudos demonstram que sendo maior a dependência nos recursos minerais e de petróleo, pior é o potencial de crescimento da economia em questão. Actividades produtivas de produtos sem ser petróleo, como fabricação e agricultura, são adversamente afectadas pelo sector de petróleo e o fenómeno chamado “a Doença Holandesa”. Isto ocorre quando a sorte inesperada do petróleo forçar a alta da taxa de cambio real da moeda de um país, restituindo a maior parte das outras exportações tornarem-se não competitivas. Entretanto o sector de petróleo não é suficiente para resolver as perdas. Devido ao petróleo ser um enclave e actividade altamente intensiva-capital, proporciona pouco emprego e relativamente poucas ligações com o resto da economia.²³

3.2.1 Gestão do Governo do sector de petróleo

O Governo controla o sector de petróleo através do Ministério de Petróleo e a Sonangol, a companhia nacional de petróleo. O Banco Nacional de Angola e o Ministério das Finanças ao mesmo tempo

¹⁸ www.angola.org

¹⁹ Traders, *African Business Journal*, Publicação 14, Maio 2003 – Agosto 2003.

²⁰ “Angola: Pobre ainda há espera dos benefícios da paz”, Na Rede de Informação Integrada Regional, 5 de Abril 2004.

²¹ Cilliers; 2000: p. 212.

²² Ibid: p. 196.

²³ Gary, 2003: p. 22-24.

controlam os impostos e pagamentos honorários do sector. Através da sua estrutura legal o estado é proprietário de todos os recursos de hidrocarboneto e a Sonangol é o único concessionário para a exploração e produção de petróleo no país.²⁴

O papel da Sonangol na industria de petróleo é o de:

- Examinar as operações petrolíferas de companhias estrangeiras.
- Recomendar áreas que deveriam estar abertas para exploração.
- Conduzir o processo de ligação e proceder às negociações.
- Gerir o desenvolvimento de serviços, para assistir as operações de petróleo, a comercialização e distribuição de petróleo refinado e produtos de petróleo, e a exportação de petróleo cru.
- Servir como sócio comum de uma sociedade em cada concessão concedida a companhias de petróleo estrangeiras.

O papel do Ministério de Petróleo na industria de petróleo é o de:

- Designar e abrir blocos para propostas.
- Aprovar programa de abertura de campos.
- Autorizar a comercialização de produção.
- Regular níveis de produção nos campos.
- Rever os programas de investimento da Sonangol.

Caixa 1: Os fluxos principais do rendimento de petróleo do sector para o GoA

-Impostos de petróleo (imposto sob transações de petróleo, imposto no rendimento de petróleo, direitos de exploração) pagos por companhias de petróleo internacionais e pela Sonangol (estimado em USD 1,7 biliões e 2000).

- Pagamentos de lucros do petróleo feito por companhias internacionais e pela Sonangol ao concessionário (estimado em USD 1.08 biliões em 2000).

- Impostos de petróleo pagos pela Sonangol ao GoA (estimado em USD 1,36 biliões em 2000)

- Bónus de assinatura e outros tipos de impostos pagos pelas companhias de petróleo internacionais ao GoA.

- Pagamentos provinciais (para as províncias de Cabinda e Zaire), pagos por companhias de petróleo internacionais aos governos provinciais (estimado em USD 149 milhões em 2000).

- Empréstimos recebidos.

O total estimado do fluxos entrados para 2000, incluindo todos os impostos, petróleo de lucro, bónus de assinatura e participação no lucro liquido da Sonangol depois de pagamento de impostos, mas excluindo os empréstimos recebidos em 2000, foi de USD 4,3 biliões.

Foi estimado que desde o seu estabelecimento, a Sonangol já acumulou USD 1 bilião de bónus de assinatura, com bónus sociais coleccionados desde 1997 a totalizar USD 65 milhes.

Origem: Sumário Executivo, Relatório Inicial, Avaliação do Sector de petróleo em Angola, KPMG.

3.2.2 Iniciativas da RSI em companhias de petróleo²⁵

O sector de petróleo de Angola é altamente competitivo. Entre os participantes maiores neste sector encontram-se Sonangol, ChevronTexaco, TotalFinaElf, BPAmoco e Exxon Mobil. Outros participantes incluem Eni (anteriormente Agip), Galp Energia, Marathon, Norsk Hydro, Occidental, Odebrecht, Petrogal, Prodev, Shell e Statoil.

As actividades da RSI empreendidas por companhias de petróleo a funcionar em Angola cobrem uma variada gama de assuntos. **Projectos sociais** tratam de questões desde medicamentos em geral e saúde pública, prevenção de VIH/SIDA, microcrédito, desenvolvimento comunitário a formação de pessoal, são os tipos de actividades mais comuns da RSI. “Angolanização” (empregar pessoal local de forma a preencher parcelas especificas determinadas pelo GoA)

²⁴ Ibid: p. 198.

²⁵ Esta secção é primariamente baseada num estudo feito pelo Fundo de Assistência Educacional de Angola para a prática de Responsabilidade Social Incorporada do Banco Mundial, Ettenborough, 2003.

e outras **Actividades da RSI económicas** incluindo iniciativas de transferência de tecnologia, assistência técnica ao governo (especialmente o Ministério de petróleo) e fontes locais para aquisição e entrega de serviços.²⁶ **Actividades da RSI Ambientais**, cobre avaliações de impacto ambiental ; obtenção ou progresso em relação à certificação²⁷ ISO 14000; e actividades para mitigar e/ou compensar para os efeitos da produção mineira e hidroeléctrica. **Controle Corporativo** são as actividades da RSI menos comuns mencionadas pelas companhias de petróleo activas em Angola. Este facto é provavelmente produto da relação inconfortável que existe entre as companhias e o GoA. É no entanto, uma área onde o governo poderia beneficemente trabalhar com as companhias, para encorajar e apoiar uma maior abertura e divulgação.

Apesar dos muitos desafios ambientais enfrentados pelas empresas de petróleo e gás, estas são geridas com sucesso através de tecnologia de enfraquecimento, eficiência de recursos e protecção do habitat, gerência de questões sociais mais “macias” é uma área mais difícil, e uma área que regularmente sai para fora das esferas tradicionais de competência no sector. Questões sociais que opõe desafios particulares para o sector incluem: promoção e protecção dos direitos humanos; alívio da pobreza e desenvolvimento da comunidade; mantendo a “licença social das companhias para continuar a funcionar” durante períodos de incerteza e possível agitação; a funcionar num clima de conflito de violência (gerir questões de segurança sem tomar partido); criando oportunidades de emprego locais a longo prazo e contribuir para a economia local de uma forma sustentável, sem criar dependências; cumprir com os requisitos de reguladores e investidores para mitigação de impacto social efectivo (restabelecimento, restauração de rendimentos, determinação de direitos de terra, planos de contingência, compensação da poluição ambiental, etc); controlar migração interior; suborno e corrupção; acesso a rendimentos do petróleo para pessoas locais/indígenas; e recentemente a questão de transparência em relação ao fluxo de rendimentos para o governo anfitrião.

O impacto das questões sociais podem criar problemas económicos importantes para as companhias, resultante de esquemas de compensação económica, boicote do consumidor, ou degradação do valor da marca. Com respeito ao valor de marca, é claro que as companhias enfrentam pressões mais fortes a este respeito, que as companhias mineiras devido a uma associação a jusante mais directa com os consumidores. Outros futuros condutores/ pressões irão muito provavelmente expandir dos recentes princípios de Equador²⁸ e iniciativas do mesmo género.

De forma a mitigar riscos que surjam destas questões sociais complexas, assegurar cumprimento da legislação local assim também como iniciativas internacionais, e assim estabelecer uma licença política e social para funcionar em Angola, as maiores companhias de petróleo estão crescentemente a comprometerem-se na RSI. Muitas também vêm como um interesse de negócios directo em certos projectos, especialmente tendo em conta a estrutura institucional fraca de Angola no que diz respeito à saúde, educação, utilidades, etc.

Existem, no entanto, um número interno e externo de constrangimentos enfrentados pelas companhias de petróleo angolanas, no projecto e implementação das actividades da RSI.²⁹ Os **constrangimentos internos** incluem a impossibilidade de ir de encontro às exigências para serviços da RSI das comunidades locais determinado contra uma cortina de expectativas ascendentes (muitas vezes referida como o “síndrome do pai natal”), dificuldades na identificação de bons projectos e a falta de transparência em geral no país.

²⁶ Ettenborough; 2003: p. 12.

²⁷ Padrão reconhecido Internacionalmente em sistemas de gestão ambiental..

²⁸ Os princípios do Equador são um conjunto de normas voluntárias desenvolvidas por bancos para gerir questões sociais e ambientais relacionadas com o financiamento e desenvolvimento de projectos. Os bancos concordam em adoptar os regulamentos sociais e ambientais da IFC para desenvolvimento sustentável, os quais incluem normas para questões desde avaliação ambiental e habitat naturais a pessoa indígenas e crianças e trabalhos forçados. O movimento para adoptar os princípios aparece devido ao facto das instituições financeiras no mundo inteiro aumentam a sua sensibilidade para o risco de reputação da participação em transações controversas.

²⁹ Averiguações são baseadas em estudos feitos pelo Fundo de Assistência Educacional de Angola para a prática da responsabilidade social incorporada do banco Mundial, Ettenborough, 2003.

Constrangimentos externos incluem a necessidade para uma melhor coordenação entre as agências de desenvolvimento internacionais e as ONG (e possivelmente também entre as companhias de petróleo). Interessantemente, a maior parte dos inquiridos declinaram comentar sobre os constrangimentos relacionados com o GOA.³⁰ As companhias de petróleo estão claramente cientes das suas relações com o GOA, o que poderá de facto ser um dos constrangimentos externos maior para uma coordenação efectiva da RSI no país.

O sector de petróleo irá provavelmente ter um papel mais importante se forem dados incentivos mais concretos, condutores e possíveis normas/estruturas da RSI para desenvolver uma aproximação mais sistemática e centralizada para o planeamento e implementação da RSI. O estudo sugere que um ambiente apto à RSI é necessário, e que o GOA tem um papel importante para assegurar que os benefícios de desenvolvimento coincidam com os princípios públicos.

3.30 Grupo do Banco Mundial e assistência técnica na RSI no sector de petróleo

3.2.1 Projectos do Grupo do Banco Mundial em Angola

A assistência do Banco Mundial em Angola está alinhado com o documento de Estratégia de Redução da Pobreza Interim do GOA. O envolvimento do banco é sublinhado na Estratégia de Assistência Transaccional, que, em 2003, marcou o novo contracto do Banco com Angola após o fim da guerra civil em Abril de 2002. Em Angola a EAT tem uma forte concentração no sector económico e de trabalho, particularmente com respeito a questões de transparência e governança. O trabalho da RSI foi estruturado para suportar dois pilares da EAT: (1) para aumentar a transparência na gestão de recursos públicos, e (2) para assentar as bases de trabalho para um fornecimento de serviços e crescimento pró pobreza alargado.

O Banco Mundial também tem-se envolvido num número de projectos relacionados com autoridades com esse mesmo objectivo o de realçar a gestão de recursos públicos, aprofundar a transparência e reforçar a responsabilidade desde que Angola se juntou ao Banco em 1989. Em 1991, o Banco emprestou a Angola \$20.6 milhões através da Associação de Desenvolvimento Internacional (ADI) no *Projecto de Modernização de Instituições Financeiras*. Depois de dez anos, o projecto foi considerado bem sucedido ao ir de encontro aos seus objectivos em assistir no estabelecimento, instituição e reforma no sistema financeiro de Angola, ajudando a estimular mobilização de recurso, suportando investimento privado, e promover diversificação económica. Em 2002, o projecto de Assistência Técnica de Gestão Económica foi aprovado, com os objectivos de seguir o sucesso da PMIF ajudando a completar o trabalho de estabelecimento do sistema de pagamento de Angola no Banco Nacional de Angola, outra área chave para uma melhor transparência e eficiência na conduta dos princípios monetários, e para um ênfase na capacidade do sector público.

O Banco iniciou um *Relatório de Avaliação de Procura no País* designado para promover diálogo com o governo em como reforçar os seus sistemas de procura públicos. Um objectivo adicional foi o de avaliar, em prática, a eficiência, transparência, e integridade do sistema de procura inteiro de Angola, e o possível risco para o usos de fundos do banco. Em 2002, IMF e o Ministério de Finanças em Angola comissionaram KPMG num empreendimento de análise de diagnóstico ao sector de petróleo, para determinar os rendimentos e despesas do governo relacionadas com o sector de petróleo. Isto poderá agora ser visto na página da Internet do Ministério das Finanças. Em 2003, começou a implementação da iniciativa dos *Países de baixo rendimento debaixo de Stress* designado a rever as regras de compromisso de doador em países com instituições e princípios fracos. Em Angola, uma estratégia de três pontas foi criada para actores da sociedade civil, privada e pública ara aumentar a transparência da gestão de rendimentos de recursos naturais. Mais recentemente, o Banco Mundial, com assistência do GOA, empreendeu-se num estudo *Ferramenta de Avaliação da Sociedade Civil* o qual envolve um inventario completo do estado,

³⁰ Ibid:p.14.

estrutura e relações da sociedade civil em Angola. Isto é intencionado a assistir as autoridades a aprofundarem o seu compromisso com a sociedade civil em termos de uma estrutura da RSI mais forte.

3.3.2 Assistência Técnica da RSI

Reforçar a RSI é considerado pela maioria dos depositários do sector privado e sociedade civil, ser um componente necessário para construir a infra-estrutura de Angola quebrada pela guerra, reduzindo a pobreza, obtendo objectivos de desenvolvimento, e reparando a percepção da má reputação de Angola aos olhos da comunidade internacional. A maioria das companhias de petróleo estrangeiras procederam a inquéritos e estão bastante entusiastas em trabalhar mais próximo umas das outras e do GOA em alargar o impacto dos seus programas de RSI para benefício das pessoas em Angola.

O compromisso do governo em promover a RSI como ferramenta de desenvolvimento ainda está para ser visto, mas seria uma consequência lógica do compromisso do GOA para os outros esforços de reforma do sector público acima mencionados. A conferência da RSI planeada para ter lugar em Luanda em Dezembro de 2003 a ser organizada pelo Grupo do Banco Mundial, o Ministério de Planeamento e o Ministério Petróleo, foi adiada pelo GOA, com tentativas para ser feita em Junho de 2004.

O objectivo da assistência técnica em Angola ao GOA foi o de inquirir e verificar o estado presente da RSI no sector de petróleo em Angola, e comparar com a legislação nacional, proporcionar uma análise das falhas, desafios, pontos fortes e oportunidades para a RSI. Para além disto o objectivo era de identificar possíveis funções do governo em reforçar a RSI e alargar a sua capacidade no contexto das prioridades de desenvolvimento de Angola. O resultado deveria ter sido um plano de implementação a servir de guia para acções futuras por parte do governo.

Dado o cuidado com que a assistência técnica do grupo do Banco Mundial foi recebido pelo sector público, o programa da RSI de Angola foi limitado na sua capacidade. A primeira parte do objectivo foi atingido conforme evidenciado neste relatório e seus anexos, no entanto não existe tal guia pois só poderia ser considerado credível se desenvolvido com a assistência e colaboração total do GoA. Ficamos na expectativa que as questões, desafios e recomendações contidas neste relatório serão seriamente consideradas e discutidas num seminário da RSI mais para o fim do ano, e da forma considerada apropriada pelo GoA.

O programa do Grupo do Banco Mundial em Angola concentrado nas seguintes questões da RSI:

1. Teor local através de (i) “Angolanização” e (ii) desenvolvimento do mercado de fornecedores locais.
2. Transparência e boa Governança.³¹
3. Desenvolvimento Social e Comunitário.

O programa da RSI abordou algumas das questões mais importantes – mais notavelmente: (1) Será que a RSI pode ser escalada para além do nível de companhias individuais, de forma a fazer uma grande diferença em atingir os objectivos de desenvolvimento do país?; (2) Qual é a relação entre a RSI e os princípios públicos em lidar com a pobreza e a desigualdade?; e (3) Até que ponto deveria existir um limite, em relação a companhias assumirem o papel de sector público ao proporcionarem desenvolvimento e serviços sociais.

3.3.3 Teor local

Desde 1992, o GoA consequentemente aprovou a legislação na determinação de objectivos ainda mais altos para as companhias de óleo internacionais no que diz respeito à contratação de pessoal local.³² Este processo é conhecido como

³¹ Inicialmente existia uma quarta questão da RSI para concentrar-se em assegurar soluções de energia para os pobres. No entanto, esta área de concentração foi cancelada, pois chegaram à conclusão não ser realístico incluir provisão de energia como parte do RSI piloto em Angola principalmente pela falta de interesse por parte das companhias de petróleo, e coordenação limitada ou inexistente dentro do GoA.

“**Angolanização**”. Experiência global demonstra que o risco com tais objectivos em países com sistemas de educação de má qualidade de funcionamento é que isto não resulta em contratar pessoal experiente para ir de encontro às necessidades, o que está a criar uma ineficiência para as firmas em vez do resultado ganhar-ganhar que era o objectivo. Em Angola, enquanto muitas companhias já atingiram os objectivos dos trabalhadores sem experiência, tem sentido dificuldades em cumprir com os objectivos do pessoal com mais experiência, devido a uma falta de mão de obra experiente. Várias companhias de petróleo têm programas para treinar pessoal de médio e alto nível em universidades nos seus países. No entanto, isto leva ao problema que um número de estudantes escolhe ficar no estrangeiro depois de acabar os seus estudos, e dessa forma não contribuindo para o alargamento das capacidades em Angola.³³

Recomendação: O GoA necessita de assegurar maior colaboração e estratégia das necessidades de perícia no futuro, e aprovisionamento de formação com as companhias de óleo. O GoA poderia utilmente trabalhar com companhias para empreender uma avaliação sistemática de iniciativas de formação no sector privado de forma a determinar a efectividade do custo e taxa de sucesso. Depois o governo deveria concentrar-se numa avaliação das necessidades de mão de obra experiente das companhias de petróleo e outros potenciais investidores; até que ponto o sistema existente de formação e educação vocacional e iniciativas RSI não proporcionam estes serviços; como é que a estrutura de formação e educação vocacional poderia ser reforçada através de um envolvimento mais efectivo do sector privado; e uma estratégia para alinhamento melhorado entre as iniciativas do RSI e plano de trabalho do GoA. A avaliação deveria também ter em consideração iniciativas de educação/formação existentes por entidades fora do sector publico, e avaliar a extensão pelas quais as falhas de mercado resultantes da estrutura institucional existente potencialmente resultam numa provisão parcialmente favorável de educação e formação profissional. Baseado nesta análise, assim também como experiência aplicável de outros países, o GoA poderia avaliar diferentes cenários para melhorar ou possivelmente estruturar o sistema existente. É crítico que a experiência identificada é potencialmente transferível para outros sectores da industria, se for de interesse para Angola no desenvolvimento a longo prazo.

Outra questão chave identificada ambos pelos sectores público e privado diz respeito à **procura local**. É comum para as companhias de petróleo importar tudo o que necessitam desde o equipamento técnico a alimentos para os seus trabalhadores. Simplesmente não conseguem obter mercadoria e serviços de alta qualidade a preços competitivos localmente, se é que de facto existem.

Vários factores contribuem para o subdesenvolvimento dos negócios locais. 80% dos Angolanos estão empregados no sector informal; pequenos negócios e os mesmos não têm acesso a capital; a maioria dos empresários têm pouca prática, baixos níveis de educação e nenhuma experiência profissional; não existe um sistema de justiça para lidar com os interesses comerciais, direitos de bens de raiz, etc.

Recomendação: O GoA necessita de assistir no estabelecimento da capacidade dos Angolanos de tomarem parte em operações a jusante associadas com o sector do petróleo, em vez de somente capacidades contra a corrente. Por exemplo, mercados de fornecimento locais necessitam de se integrarem na manutenção e revisão a blocos de petróleo. Isto significará uma diligência a mais longo prazo do que direccionar todas as capacidades para a construção de blocos de petróleo, os quais têm uma duração finita. O GoA poderia providenciar incentivos a instituições educacionais, centro de formação e negócios, incluindo bancos locais, para encorajar o desenvolvimento de mercados de fornecimento locais. Assegurando que as questões de responsabilidade e transparência sejam integradas neste diálogo e que os esforços sejam apoiados.

³² Os objectivos do pessoal efectivo é baseado em graus de trabalhador: (1) 100% Angolanização para trabalhadores sem experiência;; (2) 80% Angolanização para trabalhadores de nível médio; (3) 70% Angolanização para trabalhadores de alto nível, ex.. gerentes, geólogos. Engenheiros etc.

³³ Blakeley, 2003: p. 6.

3.3.4 *Transparência e boa governação*

Transparência é o pilar central da RSI. A percepção da abertura e responsabilidade irá melhorar no ambiente de negócios em geral, ajudando investimento directo estrangeiro.³⁴ Aumentando a transparência com respeito a divulgações financeiras, permite que os depositários consigam que os governos se responsabilizem e assegurem que os rendimentos sejam geridos para benefício da sociedade em geral.

No contexto de Angola, transparência e responsabilidade são elementos chave na luta contra uma má governança, deste modo mitigando as consequências “da praga de recursos”. Tem sido um pensamento geral que economias abundantes de recursos crescem menos do que as outras economias. Num documento influente, Sachs e Warner (1997), aponta que existe uma relação negativa entre a abundância de recursos e o crescimento. No contexto da transparência relacionada com a divulgação dos rendimentos de petróleo pagos ao GoA, esta questão é claramente politicamente sensível. As companhias estrangeiras de petróleo e gás a funcionar em Angola estão muito relutantes em participar em qualquer debate sobre o assunto (mesmo quando se promete o anonimato³⁵) por medo de ofender o GoA. Presentemente as companhias estrangeiras de petróleo estão obrigadas por contractos de não divulgação assinados com o GoA a não revelarem as quantias relacionadas com petróleo que muda de mãos. Estes contratos estão geralmente em disputa com as divulgações/princípios de ética das companhias de petróleo incorporadas (sucursal principal). A maior parte das companhias de petróleo internacionais publicam relatórios sustentáveis compreensivos, que se responsabilizam pelo impacto económico, ambiental e social das companhias na sociedade.³⁶ As companhias de petróleo têm dessa forma até um certo ponto demonstrado uma vontade de ser abertas, transparentes e responsáveis em relação às suas actividades.

O governo de Angola e industria de petróleo tem já há algum tempo sido alvo de uma campanha internacional para aumentar a transparência na industria petrolífera. A *iniciativa para a Transparência na Industria Petrolífera* foi anunciada pelo Primeiro Ministro britânico Tony Blair na Conferencia Mundial de Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, em Setembro de 2002. O seu objectivo é o de aumentar a transparência relativa aos pagamentos por parte das companhias ao governo e entidades ligadas ao governo, assim também como transparência sobre rendimentos pelos governos do país anfitrião.

Em Junho de 2003, DFID realizou a conferência em Londres sobre ITIP. O Vice Ministro das Finanças de Angola reconheceu que transparência e boa governação são instrumentais para a estabilidade e crescimento de uma macroeconomia, sublinhando a recente guerra civil como explicação pela falta de boa governação no país, e expôs as medidas já tomadas em Angola para melhorar a transparência e boa governação. Estas medidas incluem reforma orçamental; regulamentos e procedimentos comuns para execução financeira e orçamental; um estudo diagnóstico do sector de petróleo para proporcionar o governo com modelo de previsão de rendimentos do petróleo a médio prazo; e o lançamento da página na Internet do Ministério das Finanças, onde detalhes fiscais e regulamentos são publicados regularmente.³⁷ O GoA, em principio, já apoiou o ITIP e está activamente em participação total baseado em avaliação das implicações legais.

Recomendação: O GoA deveria continuar os seus esforços para promover a transparência com respeito a requisitos legais: clareza, prognosticar e reforço são todos necessários para a RSI funcionar efectivamente. Como em qualquer sistema baseado em mercados, a RSI está dependente em fluxos de informação correcta, para que as firmas recebam uma recompensa de mercado pelos seus investimentos na RSI. Se Angola quiser realçar a sua reputação na comunidade internacional, o

³⁴ Investigação pelo Centro de Responsabilidade de Copenhagen sublinhou a importância de responsabilidade incorporada e questões relacionadas na competitividade de regiões e nações, ver Swift (2002) e Zadek (2003).

³⁵ Como no caso do estudo “Responsabilidade Social Incorporada, Princípios Públicos e a Industria de Petróleo em Angola” (Ettenbourough, 2003).

³⁶ Por esta razão os relatórios são também conhecidos como “relatório de fundo triplo”

³⁷ Declaração feita por Graca, Vice Ministro das Finanças de Angola, www.dfid.gov.uk/News/files/eiti_draft_report_angola.htm

governo terá que fazer um compromisso crível às práticas de negócios e políticas transparentes procurando reformas contínuas. A melhor forma de lidar com questões levantadas por campanhas internacionais, tais como “Publique o que você paga”³⁸ e a ITIP, pedindo mais transparência dentro do sector de petróleo, será fazendo sérios esforços no sentido de reformar praticas de contabilidade e transparência do tempo da guerra.

3.3.5 *Desenvolvimento comunitário e social*

A despesa da RSI em companhias de petróleo é concentrada principalmente na área de desenvolvimento comunitário e social. O total das actividades da RSI em companhias de petróleo em Angola tem sido concentrado em respostas humanitárias de uma perspectiva quase-filantrópica. Reconhecendo a única oportunidade de impacto no objectivo comum de paz e desenvolvimento em Angola, companhias aparentam estar prontas a “chutar” o envolvimento da RSI para um nível mais estratégico, tendo em conta que esta veja um compromisso sério por parte do GoA para procurar uma parceria mais eficiente e transparente com as companhias de petróleo.

O Banco Mundial trabalhou com o Fundo de Apoio Social (FAZ) para explorar oportunidades para as companhias de petróleo colaborarem mais proximamente, e juntar forças para resolver questões de desenvolvimento comunitário e social comum a todos. FAZ é uma agencia governamental criada a 28 de Outubro de 1994 pelo Decreto Lei 44/94 para implementar parte do crédito (2802-A/ANG) negociado entre o governo de Angola e o Banco Mundial. O objectivo do projecto do FAZ é o de contribuir para uma utilização sustentável dos serviços de economia e sociais básicos, através da restauração da infra-estrutura económica e social de Angola, capacidade de estabelecimento de organizações baseadas na comunidade de administração local, pondo em lugar um esquema de avaliação e monitorização. Várias companhias de petróleo são consideradas membros do FAZ III.

Caixa 2: A Iniciativa de Parceria de Angola

A ChevronTxaco (a maior companhia estrangeira produtora de petróleo em Angola) entrou numa parceria pública-privada com Angola por cinco anos no valor de US\$ 50 milhões – “A Iniciativa de Parceria de Angola”. A parceria tem como objectivo proporcionar assistência na educação, formação e actividades de desenvolvimento pelo país inteiro. A IPA, que aparentemente é a primeira do género em Angola, é uma partida significativa da aproximação de desenvolvimento habitual pelas companhias de petróleo que se concentram somente em projectos de desenvolvimento localizados na vizinhança das suas operações e da estratégia não coordenada de “faço-sozinho”. A parceria envolve ChevronTexaco, USAID e UNDP, e incluiu conversações com muitos dos participantes chave do desenvolvimento em Angola.

Recomendação: O GoA deveria aproveitar a oportunidade da parceria com companhias de petróleo e sociedade civil, para conjuntamente resolver questões de desenvolvimento comunitário e social. Isto deveria tomar a forma de desenvolvimento da capacidade de organizações de sociedade civil domésticas assim também como autoridades governamentais locais, ambas as quais poderiam ter uma papel mais activo no desenvolvimento social. Parcerias que envolvem o GoA, companhias de petróleo e contrapartes da sociedade civil relevantes, poderia ser uma forma efectiva de criar sinergias entre a perícia complementar dos três sectores para atingir objectivos de princípios públicos relacionados com desenvolvimento sustentável.

³⁸ A campanha “Publique o que você paga” tem como objectivo ajudar cidadãos de países em desenvolvimento com riquezas de recursos a responsabilizar os seus governos de como é que rendimentos das industrias de petróleo, gás e minas são geridos e distribuidos. Para mais informação ver www.publishwhatyoupay.org

4.0 Recomendações para as funções do sector público

Esta secção sumaria as descobertas de investigação comissionada, e oferece recomendações do Grupo do Banco Mundial nas possíveis funções do sector publico para resolução dos desafios identificados.

As funções que o GoA pode ter na promoção e intensificação da RSI em Angola poderão ser divididas em quatro áreas: Mandato, Simplificação, Parceria e Apoio.³⁹

Tabela 2: Quatro funções para o sector publico central para reforço da RSI⁴⁰

Mandato	Leis, regulamentos, penalizações e instituições associadas ao sector publico, que se relacionam com o controle de alguns dos aspectos de investimento do negócio ou operações
Simplificação	Estabelecer estruturas de princípios claras e posições para guiar investimento de negócios no mercado, leis e regulamentos que facilitam e proporcionam incentivos para o investimento na RSI ordenando transparência ou divulgação em várias questões, incentivos de impostos, investimento no conhecimento levantado e investigação, e facilitar processos de dialogo com os depositários (não necessariamente em liderança).
Parceria	Combinação de recursos públicos com aqueles de negócios e outros sectores para impulsionar perícias e recursos complementares, para resolver questões dentro da agenda da RSI, seja como participantes, convocadores ou catalistas
Apoio	Mostrar assistência política publica para praticas da RSI particulares no local de trabalho ou companhias individuais; apoiando esquemas de concessão especificas ou métricas, indicadores, normas e padrões não governamentais; liderando como exemplo, através de práticas de obtenção publica.

O GoA tem uma oportunidade única de resolver os desafios de desenvolvimento fundamentais de Angola, mitigar contra riscos associados com uma demasiada confiança no sector de petróleo dentro da economia em geral, e responder a pedido para transparência na aplicação de rendimentos de petróleo, comprometendo-se seriamente à agenda da RSI. Alinhando as práticas da RSI às companhias de petróleo com as necessidades urgentes de desenvolvimento do país, e ultrapassando os obstáculos para um progresso adicional na agenda da RSI de uma forma aberta e colaborativa, o GoA poderá obter resultados valorosos.

Espera-se que a conferência da RSI em Luanda a qual se encontra pendente, poderá servir como local para uma discussão das prioridades do governo relacionadas com a RSI, e a sua função no Desenvolvimento de Angola. Isto deveria incluir a elaboração das recomendações do Banco Mundial e iniciativas mais práticas. Não se espera que todas as sugestões poderiam, ou mesmo deveriam, acontecer simultaneamente. É com o reconhecimento destas oportunidades assim também como desafios, que as seguintes recomendações são feitas ao GoA.

Desenvolver a estrutura/guia para o sector de petróleo para coordenar actividades (simplificação):

1. Estabelecer responsabilidade formal em promover a RSI: Deveria ser dada responsabilidade formal a um dos Ministérios pela RSI para criar mecanismos, através dos quais o GoA e a comunidade empresarial pudesse se empreender. A unidade também deverá proporcionar uma função de capacidade-estabelecimento e formação direccionada para a sociedade civil (organizações sem lucro, organizações baseadas em fé

³⁹ Estas quatro áreas de foco das funções do sector público no reforço da RSI foram apresentadas pela primeira vez na Fox 2003.

⁴⁰ "Funções do sector público na RSI" Inventariar", Halina Ward do Banco Mundial, Fevereiro 2004, p.5

organizações baseadas na comunidade, etc), funcionários públicos, e a comunidade de negócios. Servem como primeira fonte de informações nas actividades da RSI, programas e contactos com outras organizações envolvidas na RSI pelo mundo inteiro e dentro de Angola.

2. Coordenar e promover as actividades da RSI a nível provincial e local: O GoA deveria iniciar a formulação dos princípios públicos da RSI, encorajando depois a proliferação das actividades da RSI a nível local, para atingir objectivos de desenvolvimento local. Isto deveria ser um objectivo a longo prazo para o GoA, enquanto o futuro próximo deveria ser concentrado para a resolução de um pequeno número de questões de fácil resolução da RSI.
3. Estabelecer um plano de acção no sector de petróleo da RSI que poderia levar a uma estrutura da RSI. O comité de planeamento deveria incluir representantes das companhias de petróleo internacionais a funcionar em Angola, agências do governo, paraestatais tais como Sonangol, e organizações da sociedade civil, incluindo agências de desenvolvimento. O plano de acção da RSI no sector petrolífero deveria incluir: a) marcos para uma estrutura da RSI; b) identificação das prioridades de desenvolvimento; c) desenvolvimento de uma aproximação de parceria para implementar e coordenar projectos; d) identificação de fontes de fundos; e) mecanismos de monitorização e avaliação; f) estrutura de coordenação com departamentos do governos apropriados envolvidos; g) memorando de entendimento e declarações, onde necessário, entre os actores relevantes; e h) programas de formação e estabelecimento de capacidade. Como acima indicado, isto deveria ser um objectivo do GoA a longo prazo, enquanto se concentram num pequeno número de questões de fácil resolução num futuro próximo.

Um exemplo deste tipo de aproximação/ estrutura vem dos projectos de Oleoduto e petróleo do Chad-Camarões o qual proporciona um novo modelo de gestão transparente. Este modelo não foi introduzido formalmente como a solução para Angola, tendo em conta que Angola está a fazer progressos em reformas de gestão financeira mais ortodoxos. Existem no entanto, alguns exemplos de boas práticas de colaboração e parceria a terem lugar em países com o mesmo tipo de desafios.

Caixa 3: Projecto de oleoduto e Petróleo de Chad-Camarões

O projecto de oleoduto e petróleo de Chad-Camarões é uma dos maiores investimentos do sector privado em África Subsariana. O projecto irá levar o petróleo dos campos petrolíferos do sul do Chad através de um oleoduto subterrâneo de 1,000 km, com uma capacidade de 250,000 bpd, para a costa dos Camarões. Um oleoduto em alto mar ligado a um terminal marítimo flutuante onde os tanques são carregados para os mercados mundiais ⁴¹ É uma parceria em grande escala “três sectores” a qual envolve o Banco Mundial, os governos do Chad e Camarões, e as companhias petrolíferas Exxon Mobil, ChevronTexaco e Petronas.

Ambos Chad e Camarões são países extremamente pobres com constituições fracas, altos níveis de corrupção, abusos dos direitos humanos e falta de tradições democráticas. O Chad adicionalmente tem uma longa história de conflito tanto internamente como com os países vizinhos da República Central Africana.

Devido aos riscos políticos envolvidos no projecto, as companhias de petróleo multinacionais procuram activamente o envolvimento do Banco Mundial desde o inicio. A participação do Banco Mundial proporcionou uma “cobertura política” para as companhias petrolíferas multinacionais, assim também como financiamento para os governos de Chad Camarões participarem em consórcios de petróleo a desenvolver o projecto. ⁴² O Banco Mundial concentrou as discussões no potencial de alívio da pobreza e insistiu num conjunto de salvaguardas ambientais e sociais não encontradas noutros projectos de petróleo.

Então o que é que torna este projecto um modelo para futuros projectos de petróleo em países de pobre exportação de petróleo?

Salvaguardas do Banco Mundial inclui:

- Um Grupo de Monitorização de Cumprimento Externo que monitoriza o cumprimento por parte das companhias petrolíferas em relação ao plano de gestão ambiental.

⁴¹ Gary, 2003:p.60

⁴² Ibid:p.64

<ul style="list-style-type: none"> - Um Grupo Consultor Internacional (GAI), independentemente do Banco e composto de “pessoas eminentes” de academia, sociedade civil e governos da Europa, os E.U:A e de academia, sociedade civil e governos da Europa, os E.U:A e África, negligencia o progresso do projecto e a aderência às salvaguardas sociais e ambientais. O GAI faz visitas regulares aos campos e comunica directamente ao Presidente do Banco Mundial e o público em geral. - Um plano de compensação à comunidade individual e elaborado está a ser implementado para beneficiar aqueles afectados pela construção do oleoduto e campos petrolíferos. - O consorcio de petróleo concordou em dedicar recursos significativos para o cumprimento das salvaguardas ambientais e sociais. - O oleoduto foi redireccionado do seu caminho inicial para evitar algumas das áreas mais sensíveis ao ambiente, e para proteger comunidades indígenas. Dois dos ambientes “postos de parte” estão a ser estabelecidos na forma de parque nacional nos Camarões para compensar danos ambientais da construção do oleoduto - Um plano de gestão de rendimentos foi desenvolvido para o Chad, o qual estipula a divisão de rendimentos: 10% será depositado numa conta no estrangeiro e investido em investimentos a longo prazo, cujo rendimento serão usados para programas de redução da pobreza num futuro após petróleo; os restantes 90% passarão através da tesouraria de “Contas de Rendimentos de Petróleo Especiais” e será dividido da seguinte forma: 80% para despesas em cinco sectores prioritários (educação, saúde e serviços sociais, desenvolvimento rural, infra-estrutura, e recursos de água e ambientais), 5% como suplemento da região produtora de petróleo a ser programado pelas autoridades locais, e 15% para financiar despesas governamentais recorrentes.⁴³ <p>A instituição fundamental e inovação chave no plano de rendimentos do Chad é a parceria governo-sociedade civil na Omissão de Rendimentos de Petróleo e Comité de Controle (O Comité de Omissão de Rendimentos). O comité constituído por nove membros tem cinco membros do governo e cinco membros da sociedade civil, consistindo de desenvolvimento local ONG, sindicatos, grupos de defesa dos direitos humanos, e grupos religiosos (Muçulmano, Católico, Protestante numa base rotativa). A missão principal do comité é verificar o cumprimento do governo com a lei de gestão de rendimentos para e autorizar a desembolso de fundos de contas especiais. Os planos melhores não estão fora do alcance de repreensão, e recentemente o Comité de Omissão tem sido acusado de funcionar com um mandato obscuro e princípios operacionais não muito claros. A resposta do governo e a eficácia do resultado do plano ainda está para ser visto, mas no entanto é um modelo interessante de observar.</p> <p>Origem: Bottom of Barrel – Africa’s Oil Boom and the Poor, Gary I., <u>et al.</u>, Serviços de Assistência Católica, 2003.</p>

Implantação da melhor pratica da RSI dentro do reconhecimento da importância da RSI do por parte do governo e público na resolução das questões de desenvolvimento me Angola (Apoio):

4. Implementar praticas de negócio socialmente responsáveis dentro de instituições governamentais: Agencias do GoA e paraestatais poderão liderar a RSI demonstrando responsabilidade e boa governação a todos os níveis implementando os seus próprios programas de RSI concentrado-se na eco-eficiência, padrões de trabalho e inclusão social nos seus princípios de emprego.
5. Publicamente apoiar a RSI, sociedade de desenvolvimento comunitário e social e transparência. Isto poderá incluir apoiar iniciativas globais tais como ITIP, continuando a cooperar com agencias de desenvolvimento internas como o Banco Mundial e empreender redes e foros da RSI regionais e internacionais.

Alinhamento das praticas da RSI de companhias petrolíferas com os desafios de desenvolvimento fundamental em Angola através de aproximação de parcerias:

Parceria de três sectores normalmente envolvem a transferência de conhecimentos e tecnologia do sector privado para ambos autoridades locais e sociedade civil local/negócios locais.

⁴³ Ibid:p.68.

Parcerias proporcionam um novo modelo para converter a riqueza gerada pelo sector privado em desenvolvimento local sustentável; pode criar um largo consenso numa distribuição mais eficiente das responsabilidades, incentivos, regulamentos, custos, riscos e benefícios entre negócios, governo e sociedade civil; pode criara relações a longo prazo entre múltiplas partes não tradicionais; pode proporcionar um impacto no desenvolvimento a um nível mais alto e benefícios no negócio que poderiam ser atingidos por parcerias de dois sectores onde o negócio lida ou com o governo ou com a sociedade civil.⁴⁴

6. Trabalhar com companhias e sociedade civil para estabelecer elementos da RSI na estratégia de desenvolvimento nacional do país no documento de Estratégia de Combate à Pobreza, que permite que cada sector empregue a sua vantagem comparativa na fase de implementação. Um papel natural do governo é o de servir como catalista para o desenvolvimento. Não é desejável para o Governo em se empreender unilateralmente no desenvolvimento, mas no outro lado do espectro não é prudente permitir que companhias ultrapassem esta função. Intervenções ad-hoc baseada em projectos seriam com tempo substituídas por desenvolvimentos sustentáveis baseados em região ou sector..
7. Proporcionar um local para o GoA consultar com companhias e sociedade civil para determinar prioridades, discutir acções colaborativas para o futuro e assegurar relações de trabalho transparentes e pacíficas. Idealmente, os procedimentos destes diálogos/consultas entre os depositários deveria ser publicadas em páginas da Internet, ou através de uma larga disseminação.

Transparência e o regulamento da lei:

8. Continuar a procurar esforços para promover a transparência relativamente ao requisitos legais: Clareza, Atribuição e reforço são condições todas necessárias para a RSI funcionar efectivamente.

O GoA deveria assegurar reforço atribuível e igual das princípios e lei referente à RSI. Um inquérito de negócios internacional feito em 2003⁴⁵ demonstrou que companhias em geral preferem leis fortes na RSI e reforço forte dessa leis. Um estudo⁴⁶ demonstrou que Empresas Multinacionais não vêm “uma corrida para o fundo” das leis da RSI e o reforço da RSI a ser conducente a um ambiente de investimento atractivo.⁴⁷ Sessenta e um por cento dos inquiridos indicaram que são a leis fortes das questões da RSI que eles procuram e as quais acham melhores. A acção do governo a qual eles melhor recebem é o reforço da lei relacionado com as questões da RSI.⁴⁸ Muito importante é o facto dos inquiridos terem indicado que leis aplicadas desigualmente encorajam a corrupção, o que impõe ambos custos e riscos nas EMN. Reforço desigual leva a reforço selectivo contra EMN como forma macia de protecção ou mesmo como expressão de tensão entre os governos anfitriões e os de casa.

Os esforços de reforço do GoA poderia ser completado pelo desenvolvimento de mecanismos, implementação de normas, etc. de resolução de disputa local. Governos anfitriões deveriam assegurar que as leis em vigor fossem consistentes com os princípios internacionalmente aceites e deveriam proporcionar normas na aplicação das leis de forma a assegurar cumprimento consistente por parte das companhias e regulamento consistente por parte das autoridades.⁴⁹

⁴⁴ Secretariat for the Business Partners for Development's Natural Resources Cluster.

⁴⁵ “Race to the Top: Attracting and Enabling Global Sustainable Business - Business Survey Report”, The World Bank, October 2003.

⁴⁶ Berman, 2003: p. 30.

⁴⁷ Investigação pelo Centro de Responsabilidade de Copenhague também sublinhou a importância de responsabilidade incorporada e questões relacionadas na competitividade de regiões e nações (ver Swift (2002) e Zadek (2003)).

⁴⁸ Ver também Jørgensen, 2003: p. 10.

⁴⁹ Ibid: p. 72.

O Grupo do Banco Mundial comissionou uma análise legal⁵⁰ comparando códigos de conduta das indústrias petrolífera e de gás a funcionar em Angola, às provisões do sistema legal Angolano assim também como padrões ou marcas internacionais tais como Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948, As Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho, etc. A compreensão dos códigos de conduta das companhias de petróleo é evidência de um sector que é razoavelmente sofisticado em termos de lidar com a RSI. O desafio para companhias de petróleo estrangeiras é o de regular os seus códigos e princípios corporativos com as leis mutáveis governando o sector petrolífero em Angola. A análise legal realça a necessidade para o GoA de ordenar leis obrigatórias as quais não serão canceladas por transacções traseiras ou alteração da administração.

9. Persistir nos esforços para reduzir percepções adversas de comportamentos não éticos em relações entre o governo e negócios, particularmente relacionado com pagamentos devolvidos para acesso em recursos naturais. Isto deveria ser reforçado a todos os níveis de governo e não tolerados como custo de fazer negócio.
10. Publicar rendimentos de companhias petrolíferas, incluindo impostos, honorários, bónus de assinatura, e incluir despesas do Governo destes pagamentos, mantendo reformas contínuas. Estes rendimentos deveriam ser um motor importante para o crescimento económico e desenvolvimento social. Transparência e responsabilidade aumentada proporcionará a cidadãos e instituições Angolanas poderem fazer parte no processo de reforço e monitorização, libertando assim recursos do governo consideráveis. Ainda mais, isto irá melhorar a percepção pública do clima de negócios Angolano, ajudando o país a atrair investimento directo estrangeiro.
11. Simplificar os procedimentos administrativos e burocracia relativa à implementação da RSI.

Realçar capacidade dos depositários, parceiros de desenvolvimento potencial e as pessoas de Angola:

12. Reforçar as instituições de governo local: Parte da descentralização planeada do país depende no estabelecimento da capacidade dos governos locais e regionais.
13. Encorajar o desenvolvimento de organizações de sociedade civil doméstica: Negócios necessitam de parceiros locais fortes com quem trabalhar, e com quem apreender as necessidades locais. O GoA deveria procurar estabelecer a capacidade em organizações de sociedade civil assistindo a criação de redes regionais e locais de organizações de sociedade civil; proporcionando acesso a programas de formação e financiamento, onde possível. Correntemente, organizações de sociedade civil em Angola têm ambos constrangimentos económicos e políticos assim também como falta de capacidade que deverá ser ultrapassado antes de poder ter um papel mais importante no reforço da RSI em Angola.
14. Melhorar o clima de investimento para negócios locais: Como as organizações de sociedade civil, negócios locais necessitam de acesso a capital/financiamento, informação e programas de formação.

⁵⁰ Códigos de Conduta do Petróleo e Gás e Legislação Nacional Angolana, Dezembro de 2003.

15. Realçar a capacidade vocacional e educacional no sector petrolífero Angolano, assegurando que oportunidades de formação profissional são alinhadas com as necessidades dos trabalhadores desse sector. O GoA poderia utilmente empreender uma avaliação sistemática de iniciativas de formação existentes no sector privado para determinar a sua efectividade de custo e taxas de sucesso. Depois o governo deveria concentra-se em avaliar as necessidades na experiência de trabalho das companhias petrolíferas e outros potenciais investidores; até que ponto é que o sistema existente de educação vocacional e formação e iniciativas da RSI não proporcionam esses serviços; como é que a estrutura de EVF poderia ser reforçado através de um envolvimento mais efectivo do sector privado; e uma estratégia para alinhamento melhorado entre as iniciativas da RSI e o plano de trabalho do GoA.
16. Assistir no estabelecimento da capacidade dos Angolanos de tomarem parte em operações jusante associadas com o sector petrolífero, em vez de somente capacidades contra a corrente. Por exemplo, mercados de fornecimento locais necessitam de entrar no negócio de manutenção e revisão dos blocos de petróleo. Isto significará uma diligência mais a longo prazo do que direccionar todas as capacidades para a construção de blocos de petróleo, os quais têm uma duração finita . O GoA poderia providenciar incentivos a instituições educacionais, centros de formação e negócios, incluindo bancos locais, para encorajar o desenvolvimento de mercados de fornecimento locais.

Anexo A: Lista de Termos e Acrónimos Chave

AICC	Instituto Africano de Cidadania Incorporada
Governos Provinciais Angolanos	18 províncias: Bengo, Benguela, Bie, Cabinda, Cuando, Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huila, Luanda, Luanda Norte, Luanda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uige, Zaire.
Angolonização	O procedimento pelo qual a formação profissional de trabalhadores Angolanos e colocação gradual de Angolanos na gerência e outras posições de responsabilidade é encorajada.
Governança Corporativa	O sistema pelo qual as empresas são administradas e controladas.
CSAT/FASC	Ferramenta de Avaliação da Sociedade Civil
CSR/RSI	Responsabilidade Social Incorporada
DFID/DDI	Departamento para o Desenvolvimento Internacional (GB)
EIA/AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
EITI/ITIP	Iniciativa de Transparência na Indústria Petrolífera
EMTA/ATGE	Assistência Técnica de Gestão Económica
FINSEC/PMIF	Projecto de Modernização de Instituições Financeiras
GoA	Governo de Angola
IDA/ADI	Associação de Desenvolvimento Internacional
IFC/CFI	Corporação de Financiamento Internacional
LICUS/PBRDS	Países de Baixo Rendimento Debaixo de Stress
MNE/EM	Empresas Multinacionais
NGO/ONG	Organizações Não Governamentais
PRSP/DERP	Documento de Estratégia de Redução da Pobreza
Sonangol	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
Transparência	Uma medida para actividades de negócios e governamentais sãs e sustentáveis.
TSS/EAT	Estratégia de Assistência Transaccional
UNDP/PDNU	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
USAID/AEUPDI	Agência do Estado Unidos para Desenvolvimento Internacional
WBG/GBM	Grupo do Banco Mundial

References

- Acutt, N. et al; *Towards Evidence of the Costs and Benefits of Tri-Sector Partnerships*, Working Paper No. 10, May 2001, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.
- Berman, J.E., et al; 2003: *Race To The Top – Attracting and Enabling Sustainable Global Business*, The World Bank Group, Corporate Social Responsibility Practice.
- Blakeley, A., et al; 2003: *CSR in the Oil Sector in Angola: World Bank Technical Assistance Study*.
- Cilliers, J., & C. Dietrich; 2000: *Angola's War Economy – The Role of Oil and Diamonds*, Institute For Security Studies, Pretoria.
- Copeman, V.; 2002: *Tri-Sector Partnerships for Managing Social Issues in the Extractive Industries, Transredes / CARE Partnership-managing Oil Spill Compensation, A Case Study*, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.
- Davy, A.; *Emerging Lessons for Tri-sector partnerships: A Review of Four Case-studies*, Working Paper No. 3, February 2000, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.
- Eigen, P., et al; 2003: *Global Corruption Report 2003*. Transparency International.
- Ettenborough, M., et al; 2003: *Corporate Social Responsibility and the Oil Industry in Angola*, Study for the Corporate Social Responsibility Practice of the World Bank, Summary Report.
- Fonesca, P. L.; 2003: *Estratégiade Combate á Popreza*, Ministério Do Planeamento.
- Fox, T. Ward, H. & B. Howard; 2002: *Public Sector Roles in Strengthening Corporate Social Responsibility: A Baseline Study*, The World Bank.
- Gary, I., et al; 2003: *Bottom of the Barrel – Africa's Oil Boom and the Poor*, Catholic Relief Services.
- Hamann, R.; 2002: *Kelian Equatorial Mining, Indonesia, Case Study*, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.
- Hoag, F.; 2003a: *Accompanying Narrative to Code of Conduct Matrices, Part I of II*.
- Hoag, F.; 2003b: *Accompanying Narrative to Code of Conduct Matrices, Part II of II*.
- Hoag, F.; 2003c: *Angola Oil and Gas Industry Codes of Conduct Comparison: Community Issues*.
- Hoag, F.; 2003d: *Angola Oil and Gas Industry Codes of Conduct Comparison: Environmental Standards*.
- Hoag, F.; 2003e: *Angola Oil and Gas Industry Codes of Conduct Comparison: Environmental Standards (Part 2)*.
- Hoag, F.; 2003f: *Angola Oil and Gas Industry Codes of Conduct Comparison: Labor Standards*.
- Hoag, F.; 2003g: *Angola Oil and Gas Industry Codes of Conduct Comparison: Human Rights Standards*.
- Hoag, F.; 2003h: *Angola Oil and Gas Industry Codes of Conduct Comparison: Social/Governance Standards*.
- Hopkins, M.; 2003: *CSR: Hate Exxon Love Shell – Justified?*, MHC International, Monthly Feature.
- Jørgensen, H. B., et al; 2003: *Options for Strengthening Implementation of Corporate Social Responsibility in Global Supply Chains*, CSR Practice, Investment Climate Department, The World Bank Group.
- Kapelus, P.; 2003a: *Materials/presentations prepared for UNCTAD's Oil and Gas, Trade and Finance Conference, May 20 – 23rd, 2003 in Luanda*, The African Institute of Corporate Citizenship.

Kapelus, P.; 2003b: *Materials/presentations prepared for the Angola session of the 'International Conference on Public Policy for Corporate Social Responsibility', to be held October 8-9th, 2003 at World Bank Headquarters*, The African Institute of Corporate Citizenship.

Kapelus, P.; 2003c: *Materials/presentations prepared for the Angola session of the 'Workshop on Corporate Social Responsibility and the Public Sector in the Angolan Oil Industry', to be held October 28th, 2003 in Luanda*, The African Institute of Corporate Citizenship.

KPMG, (undated): *Evaluation of Angolan Petroleum Sector*, Executive Summary, Initial Report, KPMG.

Mitchell, J., Shackleman, J., & M. Warner; 2001: *Measuring the 'Added Value' of Tri-Sector Partnerships*, Working Paper No. 14, October 2001, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.

Pendleton, A, et al; 2004: *Behind the mask – The real face of corporate social responsibility*, Christian Aid.

Petkoski, D. & N. Twose; 2003: *Public Policy for Corporate Social Responsibility*, global e-conference held from July 7 – 25, 2003, The World Bank Institute, The World Bank, The International Finance Corporation.

Sader, F.; 2003: *Corporate Social Responsibility & Socioeconomic Development*, PSD Forum, FIAS.

Steinberg, D., & N. Bowen; *Food Security Challenges in Post-Conflict Angola*, CARE Angola and CARE Southern and West Africa Regional Office.

Sullivan, R. & M. Warner; 2002a: *Konkola Copper Mines, Zambia*, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.

Sullivan, R. & M. Warner; 2002b: *SPDC EIA and Partnering, Nigeria*, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.

Sullivan, R. & S. Porto; 2002c: *Sarshatali Coal Mine, India-Update*, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.

Swift, T. & S. Zadek; 2002: *Corporate Responsibility and the Competitive Advantage of Nations*, The Copenhagen Centre & AccountAbility.

Tull, J, et al; 2001: *Las Cristinas Gold Mining Project, Venezuela – Health Care Partnership, A Case Study*, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.

Warhurst, A.; 2000: *Tri-Sector Partnerships for Social Investment: Business Drivers*, Working Paper No. 4, May 2000, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.

Warner, M.; 2003: *Weekly Synthesis (1 – 5) Reports from the E-Conference on CSR and Public Policy from July 7 – 25th, 2003*, ODI.

Warner, M.; (a): *Tri-Sector Partnerships for Social Investment within the Oil, gas and Mining sectors: an analytical framework*, Working Paper No. 2, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.

Warner, M.; (b): *BP Exploration Company, Columbia, Long-term Regional Development in Casanare*; The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.

Warner, M.; (c): *Overview of BPD and the Natural Resources Cluster*, Working Paper No. 1, The Natural Resources Cluster, Business Partners for Development.

Zadek, S. et al; 2003: *Responsible Competitiveness – Corporate Responsibility Clusters in Action*, The Copenhagen Centre and AccountAbility.

2003: *Oil and Gas Industry Codes of Conduct and Angolan National Legislation*, Study commissioned by the Corporate Social Responsibility Practice of World Bank.